**NARRATIVAS DAS DIFERENÇAS: EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO ESCOLAR E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Danilo Magalhães Costa. UERJ/FFP - PPGedu

**Resumo**

O texto foca nos atravessamentos do gestor escolar e o seu cotidiano na educação especial, numa escola municipal em São Gonçalo, visando tencionar esta modalidade e seu entendimento de perspectiva inclusiva no município. O cotidiano está repleto de produções de discursos para a inclusão, por parte dos docentes e Secretaria de Educação, e que deflagram interesses ou contradições para uma atuação prática e de busca da equidade social. A partir das análises sobre as inclusões das diferenças de Carlos Skliar (2015), das discussões que qualificam uma gestão democrática de Celso de Vasconcellos (2019), e fazendo uso das experiências autobiográficas, o texto revisita as inquietações e subjetividades das narrativas produzidas nos vieses da inclusão, o processo de tentativa para garantir uma gestão democrática e a experiência possível do coletivo para uma ação transformadora ética na educação especial e inclusiva na escola.

**Palavras Chaves**: Educação Especial, Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Cotidiano.

**Resumo Expandido**

A educação especial e sua perspectiva inclusiva se colocam como um paradigma na educação brasileira, visto que tal temática já é incorporada em textos oficiais legislativos, aparecendo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), nos Planos Nacionais de Educação (2001/2014), nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007). No entanto, um olhar mais atento ao cotidiano revela ser possível perceber que as ações e a implementação legislativa são deslocadas ao cotidiano precarizado.

O Censo Escolar de 2023 constatou que 98,4% de matrículas na modalidade da educação especial encontram-se na rede pública, colocando em foco o agigantamento para novos discursos, bem como a busca por políticas públicas inclusivas que imprimam tal realidade.

Assim, a escola torna-se o primeiro lugar de garantia de acesso aos aspectos relacionais dos estudantes público-alvo desta modalidade, que por sua vez, serão submetidos ao “processo inclusivo escolar” dado pelo estigma criado pelo diferencialísmo. Ao adentrar na escola, os corpos são assinalados e observados como diferentes. Categorizados, são colocados em anamnese e pelo crivo de seus laudos são expostos de suas necessidades individuais, aos olhares de aceitação ou exclusão, dados pelos parâmetros aos aspectos da “normalidade”.

Skliar (2015) propõe o deslocamento da perspectiva inclusiva para um encontro com o outro, onde todos somos diferentes, e que a transformação inclusiva perpassa por um viés mais ético, por um olhar sobre nós mesmos e sobre aquilo que atravessa pedagogicamente no estar entre nós. Sendo assim, me proponho nessa pesquisa afetar-me por essa transformação, buscando refletir o cotidiano escolar e a composição de minha experiência numa ação gestora que presa por um olhar confrontado da educação especial e inclusiva, revisitando o lugar autobiográfico de minhas experiências como diretor adjunto.

Para ser diretor adjunto no município de São Gonçalo, basta corresponder a critérios político-partidários associação à gestão municipal. Percebia esta função permeada de abnegações, e que para ocupar tal lugar deveria sacrificar princípio políticos e pedagógicos. Aceitei o convide de uma colega de trabalho e fui nomeado diretor adjunto, sendo imerso aos interesses políticos e administrativos do município. A escola possui os segmentos do ensino fundamental e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Entendendo tal realidade, fui observando a possibilidade de promover um fazer pedagógico centrado na gestão democrática. Tinha a percepção que conhecer aquele espaço era conhecer quem já estava ali, aprendendo a partir do outro.

Entre o olhar do conhecer e compor-me no fazer, idealizar uma prática transformadora atravessava olhares de desconfiança e diferença. Tenho como perspectiva para uma boa lógica relacional o precioso diálogo e uma compreensão empática. Sendo assim, estar no campo e fazendo pesquisa é também conhecer e analisar as trajetórias daquele coletivo, observar suas angustias e suas ressignificações, sem perder o foco no questionamento do papel especifico da direção e sua estrutura autoritária.

 Celso dos Santos Vasconcellos (2019) definirá a direção como o elo integrador e articulador dos segmentos internos e externos da escola, gerindo as atividades, para que venham a acontecer ou contendo-as, seguindo a proposta do Projeto Político Pedagógico. Para o autor, a postura do diretor é fazer a escola funcionar num projeto coletivo de caráter emancipatório, distanciado do comportamento autoritário e de domínio do poder. É possível observar muita centralidade do cotidiano escolar ao diretor. Sendo assim, busquei um entendido distanciado de uma divisão do trabalho hierárquico, visando um processo que englobasse o pertencimento do coletivo, de responsáveis das demandas nas aprendizagens, transparência e participação. Assim, sendo possível tornar os profissionais emancipados de suas práticas.

Estar diretor adjunto é perceber-se num cotidiano repleto de contradições. Uma delas são as pressões político-partidárias e das preocupações excessivamente burocráticas das funções. Somos sempre cooptados e sabotados pelas estruturas da negação. As responsabilizações vindas por parte da Secretaria Municipal de Educação, dos professores e funcionários, atravancam o processo democrático e de uma gestão participativa. Compor-me gestor tem sido o exercício de resistência psicológica, e da autocrítica ao sistema que se impõe.

Em uma reunião de diretores, com temáticas acerca da atuação da direção escolar na educação inclusiva, busquei observar como foram passadas as informações que discorriam sobre a educação inclusiva como prioridade do município de São Gonçalo, dando ênfase ao processo burocrático e moroso das ações.

Seguindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI - 2008), o município de São Gonçalo entende como público-alvo da educação especial e inclusiva os estudantes com Deficiência intelectual, Deficiência Física, Deficiência auditiva, Deficiência visual, Deficiência Múltipla, Transtorno do Espectro Autismo (TEA), Altas Habilidade e Superdotação. No entanto, a primeira inquietação dos diretores é referente ao público-alvo que está como prioridade na inclusão.

A rede municipal entende que todos os estudantes público-alvo devem estar frequentando a escola e matriculados, cumprindo a universalização e o acesso à educação básica referente a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). No entanto, as pessoas com deficiência que possuem direito a um Professor de Apoio Especializado é necessário possuir Laudo Médico escrito CID-10 ou CID-11, sendo especificadas suas classificações.

A informação de cada estudante compõe o mapa estatístico, que é preenchido pelos alunos que possuem laudos, destacando se existe o acompanhamento do professor de apoio, se faz uso do transporte escolar alternativo e se está sendo atendido em sala de recurso. Este levantamento mensal pressiona os gestores escolares, visto a notoriedade da ampliação da quantidade de alunos “incluídos” às estatísticas da educação especial.

Este levantamento deflagra a problemática da carência dos professores de apoio especializado e profissionais que trabalham com o atendimento e apoio educacional especializado nas escolas. Para a secretaria de educação, mesmo havendo novos concursos públicos ou contratos de profissionais, a demanda destes profissionais não solucionará tal pressão ao sistema e o aumento do número de alunos público-alvo da educação especial.

Muitos docentes, entendendo que a rede possui a categoria de professores de apoio especializado, isentam-se de suas responsabilidades de apoio aos alunos de educação especial, que integram o seu cotidiano de trabalho. A situação gera uma disputa dialógica a quem pertence esse aluno e como incluí-lo em sala e aula.

A equipe diretiva, por sua vez, tem um papel fundamental para o enfretamento de tal negação dos estudantes em sala de aula. O diretor consegue minimizar essas ranhuras no processo pedagógico solicitando novos profissionais de apoio especializado, conscientizando nas reuniões pedagógicas para um espaço escolar inclusivo e de garantia da permanência destes estudantes, e também, fazendo gestão de pessoas, otimizando as salas de aulas. O questionamento e a resistência dos professores regentes a terem estes estudantes em sala de aula deslocam a ausência de compromisso de fazer atividades adaptadas, as dificuldades em avaliá-los, as mudanças de suas práticas, além do sucateamento da valorização do trabalho docente e na promoção de melhorias do seu trabalho.

Não será pela formação continuada que o entendimento da rede mudará a ação coletiva e um projeto político-pedagógico que visam a empatia da comunidade escolar (equipe diretiva, professores, funcionários, estudantes e famílias) ao processo inclusivo. A escola deve ser vista como guarda-chuva macro da inclusão das diferenças, priorizando práticas de acolhimento e boas vindas, garantindo o acesso e permanência de todos na escola, zelando em hospitalidade, mudança das condutas e reponsabilidades de toda a equipe. (Skliar, 2015)

Refletindo nossas ações e partindo do interesse do coletivo, a Semana do Autismo aconteceu no espaço escolar refletindo um processo de produção do conhecimento e das ações do coletivo. Nesta semana, a escola buscou mobilizar-se para visibilizar os estudantes com TEA e as ações inclusivas para a conscientização pela diferença. Duas professoras de apoio especializado engajaram-se na organização e transformaram o espaço escolar em peças únicas que se encaixam numa ação coletiva.

Iniciando no dia 2 de abril, data reconhecida internacionalmente pela divulgação de informações e redução da discriminação e preconceito, das pessoas que apresentam o TEA, as atividades de planejamento escolar se sucederam conforme o mesmo objetivo. Sendo assim, toda programação e a proposta foi apresentada à equipe diretiva e de pronto aceitabilidade foi autorizado a semana na escola. Não era preciso autorização, visto que a inclusão está intrínseca ao modelo de gestão democrática. O planejamento articulou vídeos de conscientização sobre o TEA, atividades em sala de aula que ampliassem o repertório dos estudantes e também cada ano escolar ficou com a responsabilidade por uma ação de visibilização. Todas as atividades foram conversadas e partilhadas com todos os professores da escola em reuniões individuais, agregando assim, ao corpo do coletivo de docentes e funcionários a ação de consciência.

As atividades ocorreram conforme a seguinte sequência didática: No primeiro dia foram feitas aulas com divulgação de vídeo sobre a conscientização do TEA e a exposição de mural, que refletia sobre a conscientização. No segundo dia, as atividades se deram no formato de roda de conversa e atividades que sistematizassem a proposta em sala de aula. No terceiro, e último dia, a escola foi aberta à comunidade escolar para tirarem fotos no mural e conversarem sobre a proposta de inclusão. Além disso, toda comunidade educativa e estudantes saíram da escola com o adesivo na camisa da “fita em quebra-cabeça”, simbolizando um ato de visibilização das pessoas com TEA.

As potencialidades desta semana de inclusão, se reverberaram no cotidiano escolar. É possível dizer que o mural de conscientização corriqueiramente é revisitado pelos estudante e pais de alunos, colocando a temática sempre como objetivo. Outros apontamentos necessários foram o retorno de muitos responsáveis ao atendimento com a orientação educacional, observou-se a busca para atualização de documentos dos estudantes, ampliação dos diálogos sobre as aprendizagens e potencialidades dos seus filhos e filhas.

Quanto aos professores e funcionários foi possível observar que no conselho de classe tivemos um momento destinado à reflexão das ações pedagógicas, as dificuldades encontradas no desenvolvimento da semana e diálogos critico-reflexivos para uma escola inclusiva. Ficou também perceptível, que o princípio democrático, que preza pela participação coletiva no planejamento escolar, resignificou o pertencimento coletivo para a inclusão. Ficou acordado que nas próximas reuniões pedagógicas serão pautadas o aperfeiçoamento das atividades adaptadas, as avaliações dos estudantes e atualizações do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Portando, observar os atravessamentos do cotidiano e propor a busca de uma ação transformadora da realidade da educação especial e inclusiva reflete a concepção emancipatória do trabalho pedagógico. A equipe diretiva, professores de apoio especializado, professores regentes, os cuidadores e funcionários que vivenciam o cotidiano escolar, engajados do processo inclusivo e participativo, promovem um reposicionamento da norma escolar a partir da promoção da transformação ética, que garantam a acolhida, a hospitalidade, disponibilidade e responsabilidade.

**Referências**

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf > . Acesso em 29 mar 2024

BRASIL, **Censo escolar da educação básica 2023**. Brasília, 2024. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\_e\_indicadores/notas\_estatisticas\_censo\_da\_educacao\_basica\_2023.pdf>. Acesso em 13 maio 2024

SÃO GONÇALO, **Lei Nº658 de 7 de dezembro de 2015**. Diário oficial do Município de São Gonçalo. 2015

SKLIAR, Carlos. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas - e novas - fronteiras em educação**. Pró-posições, v. 12, n. 2-3 (35-36).jul.-nov. 2001

SKLIAR, Carlos. **Incluir as diferenças? Sobre um problema mal formulado e uma realidade insuportável.** Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 1 N. 1, pp 13-28, fev/mai 2015

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 16ª ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2019.